

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
BACHARELADO EM GEOGRAFIA

ANA PAULA DE OLIVEIRA CAMILO DA SILVA

**O ESPAÇO DAS MULHERES NEGRAS ATENDIDAS PELO CRAS – CODIN
EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.**
discutindo Gênero e Política Pública

Campos dos Goytacazes

2021

ANA PAULA DE OLIVEIRA CAMILO DA SILVA

**O ESPAÇO DAS MULHERES NEGRAS ATENDIDAS PELO CRAS – CODIN
EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ:
discutindo Gênero e Política Pública**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de
Bacharelado em Geografia,
como requisito parcial para
conclusão do curso.

ORIENTADORA:

Profa. Dra Erika Vanessa Moreira Santos

Campos dos Goytacazes
2021

ANA PAULA DE OLIVEIRA CAMILO DA SILVA

**OS ESPAÇOS DAS MULHERES NEGRAS ATENDIDAS PELO CRAS CODIN,
CAMPOS DOS GOYTACAZES: DISCUTINDO GÊNERO E POLÍTICA
PÚBLICA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de
Bacharelado em Geografia, como
requisito parcial para conclusão do
curso.

Aprovada em 27 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Erika Vanessa Moreira Santos (Orientadora) - UFF



Prof^ª. Dr^ª. Danielle Pereira Cintra Senna- UFF



Prof^ª. Dr^ª. Maria Carla Santos Barreto Martins - UFF

Campos dos Goytacazes

2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, por me proteger e guiar minha mãe, meus filhos e meu esposo que estiveram comigo nessa caminhada;

Agradeço também, aos meus amigos da Universidade, Gustavo Brandão, Ludimila Alcântara, Maria Emília Reis, Nathan Dória e em especial Bruno Moraes, que esteve comigo desde o início da graduação até ao fim e minha amiga Maria de Lurdes Rosa;

Grata a todos os professores pelos seus ensinamentos e em carinho a professora Danielle Cintra que em nenhum momento me deixou desistir mesmo que pensasse em diversas vezes deixar a peteca cair, a professora Maria Carla Barretos Santos Martins por ter aceitado o convite para a banca e não menos importante, minha querida orientadora Erika Vanessa Moreira Santos que me ajudou a construir esse trabalho de conclusão de curso e a coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social Cláudia Márcia Mendes, sou muito grata por sua contribuição neste trabalho.

“Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.”

João 8:32

RESUMO

Sabe-se que as mulheres ocupam vários papéis na sociedade contemporânea, assumindo diversas responsabilidades laborais. Elas são vítimas da sociedade patriarcal, que invisibiliza suas realidades e necessidades cotidianas. Pensando nisso, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar como as mulheres negras cadastradas no Centro de Referências de Assistência Social (CRAS) localizado Codin, área sediada na localidade de Guarus, situado ao norte do município de Campos dos Goytacazes, constroem seus espaços. Como objetivos específicos, entender a importância do CRAS para as mulheres e seu grupo familiar; compreender a importância das políticas sociais e econômica para as mulheres; entender quais são as dificuldades e violência enfrentadas por essas mulheres. Para isso, adotou-se como procedimento metodológico o estudo qualitativo, tendo como base a pesquisa bibliográfica, os dados do Censo Demográfico do IBGE 2010 e do Sistema Municipal de Desenvolvimento Humano Social de Campos e a participação na I Conferência Municipal de Desenvolvimento Social e Humano em 2019. A partir disso, foi possível construir entrevista semiestruturada com a coordenadora do CRAS no intuito de conhecer a rotina e as políticas públicas ofertadas. As informações analisadas e observadas possibilitaram ter como resultado que, mesmo com os problemas físicos e estruturais, o CRAS Codin desempenha, por meio de ações políticas territorializadas, estratégias importantes que garantem o direito socioassistencial das mulheres desempregadas, sobretudo das mulheres negras chefes de família. Além disso, constata-se que os serviços públicos prestados pelos técnicos e profissionais, ajudam a proteger as mulheres das opressões de gênero, sociais e econômicas que vivenciam.

Palavras-chave: Geografia, território, CRAS, mulheres negras.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema metodológico.....	03
Figura 2 - Mapa de distribuição de CRAS por território.....	25
Figura 3 – CRAS/CODIN.....	29
Figura 4 - Parte interior do CRAS/CODIN.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de habitantes dos bairros do território CODIN.....	28
Tabela 2 - Quantitativo de mulheres inscritas no CAD ÚNICO por faixa etária e raça/cor.....	30
Tabela 3 - Quantitativo de mulheres inscritas no CAD ÚNICO por renda per capita, segundo raça/cor.....	30
Tabela 4 - Quantitativo de mulheres inscritas no Programa Bolsa Família por raça/cor.....	31
Tabela 5. Quantitativo de mulheres inscritas no CAD ÚNICO por função e raça/cor.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS

CRAS – Centro de Referências da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMB – Federação de Mulheres do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família

PMAS – Plano Municipal de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

RJ – Rio de Janeiro

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SMDHS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	01
1.1	Objetivo geral.....	02
1.2	Objetivos específicos.....	02
1.3	Metodologia.....	02
1.4	Pesquisa bibliográfica.....	03
1.5	I Conferência Municipal de Desenvolvimento Social e Humano em 2019.....	04
	CAPÍTULO 1: TERRITORIALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	05
	2.1. Política de Assistência Social No Brasil a partir da Constituição de 1988.....	05
	2.2.O que é o CRAS?.....	08
	2.3.Territorialização, política pública e assistência social.....	11
	CAPÍTULO 2: GEOGRAFIAS NEGRAS	19
	3.1. Gênero, questão racial e espaço.....	19
	3.2. Caracterização das mulheres assistidas pelo CRAS Codin.....	20
	CAPÍTULO 3: A POLÍTICA ASSISTENCIAL DO CRAS CODIN, CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ	24
	4.1.O território Codin	26
	4.2. Caracterizando o CRAS Codin.....	27
	4.3.Percepções da coordenadora do CRAS Codin.....	33
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
7.	ANEXO	40

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta indagações que surgiram desde o início da graduação ao perceber que grande parte da população atendida nos espaços socioassistenciais são mulheres. Este fato, fez com que despertasse minha inquietação em tentar compreender a importância do atendimento do Centro de Referências da Assistência Social (CRAS) na vida das mulheres. Foi por meio das minhas idas e vindas nesta instituição, em busca de benefícios do Minha Casa, Minha Vida e do Bolsa Família que o interesse pela temática aqui estudada despertou a minha atenção enquanto mulher que necessita dos serviços públicos.

É preciso destacar que no CRAS foi onde deparei que grande parte das mulheres que necessitavam do serviço público eram mulheres negras e isso me inquietou, já que muitas delas eram mães solo buscando atendimento. Foi assim que, logo que entrei na faculdade de Geografia no ano de 2019, comecei a buscar uma investigação sobre geografia e o CRAS. Por isso, neste trabalho iremos discutir a relação entre CRAS políticas públicas e mulheres negras.

Sabe-se que as mulheres ocupam vários papéis na sociedade contemporânea, assumindo diversas responsabilidades laborais. Elas são vítimas da sociedade patriarcal, que invisibiliza suas realidades e necessidades cotidianas. Nesse sentido, a proposta é analisar como as mulheres negras cadastradas no Centro de Referências de Assistência Social (CRAS) localizado na área Codin, sediado na localidade de Guarus, situado ao norte do município de Campos dos Goytacazes constroem seus espaços. Um dos objetivos do CRAS, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social (2015), é fortalecer os vínculos comunitários e familiares, ampliando o acesso aos direitos de cidadania.

Por isso, é fundamental a percepção de como o CRAS influencia na realidade dessas mulheres, uma vez que, em sua grande maioria das mulheres, é atravessada pelo abandono de seus companheiros, excluídas de seus lares, sofrendo preconceitos e até mesmo a violência física, moral e verbal. Em grande parte, as vítimas que procuram o CRAS levam consigo uma série de questões, sobretudo a busca de direitos que garantam o seu sustento e do seu grupo familiar por meio de auxílios, como, por exemplo, a renda de transferência social ou até mesmo o encaminhamento para os

filhos conseguirem ingressar no Programa Jovem Aprendiz.

Sendo assim, a geografia por possuir diversas dimensões teóricas integradas a elementos de ordem conceitual, analítica e instrumental, como, por exemplo, o conceito de território e das técnicas cartográficas, contribuem com as práticas da Assistência Social no campo da formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas (LINDO, 2011).

O recorte espacial da presente pesquisa é o CRAS – Codin, sediado na localidade de Guarus, situado ao norte do município de Campos dos Goytacazes, RJ, cujo objetivo versa identificar e analisar as mulheres negras cadastradas no CRAS. A localidade da Codin fica sediada na localidade de Guarus, situado ao norte do município, sendo parte do distrito-sede.

Nessa perspectiva, o presente trabalho procura demonstrar a importância de se entender o CRAS para as mulheres e seu grupo familiar, analisando o espaço no qual estão inseridas. É por meio dessas observações, que este trabalho se compromete a alimentar a discussão entre gênero e política pública.

1.1 OBJETIVO GERAL

Caracterizar e compreender como as mulheres negras cadastradas no CRAS localizado na área do Codin, distrito de Guarus no município de Campos dos Goytacazes constroem seus espaços.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

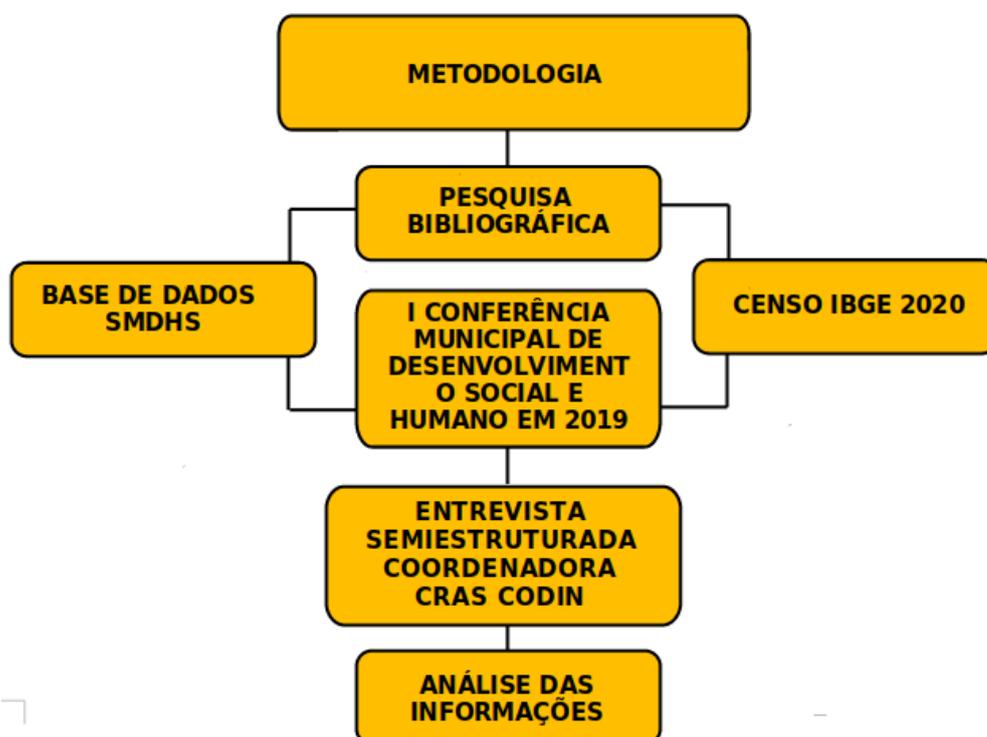
- a) Entender a importância do CRAS para as mulheres e o grupo familiar;
- b) Compreender a importância das políticas sociais e econômica para as mulheres;
- c) Entender quais são as dificuldades e violência enfrentadas por essas mulheres.

1.3 METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho, seguiram-se diversas etapas podendo ser observado no esquema proposto (Figura 1). O fio condutor da nossa pesquisa é o estudo qualitativo, visto que o estudo se preocupa “[...] com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT;

SILVEIRA, 2009, p. 31) e assume uma característica qualitativa, pois se trata de uma investigação de valores, atitudes, percepções e motivações do público pesquisado, com o objetivo principal de compreendê-los em profundidade e nesse tipo de pesquisa, não se tem a preocupação com estatística. É notada que o esquema exposto se torna uma importante ferramenta ao pesquisador, pois por meio dele é possível observar as etapas que foram feitas de maneira a facilitar a sistematização das informações e dos dados existentes.

Figura 1. Esquema metodológico.



Fonte: Elaboração própria.

1.4. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Com a pesquisa bibliográfica o intuito foi usar autoras e autores que pudessem ser o norte para a construção do trabalho, assim também dialogar com o tema proposto. Foram utilizadas obras tanto da geografia quanto das ciências

sociais para a produção das ideias. Com isso, nossa base teórica compreende autores no serviço social, que abordam o campo das políticas de assistência social, um dos tripés da seguridade social no Brasil. E pesquisadores do serviço social que dialogam com um dos conceitos centrais da geografia, o território. No campo da geografia, utilizamos autores como Haesbaert, Saquet, Rafestin e Santos para entendermos o conceito de território.

Paralelamente, também foi realizada uma pesquisa documental a partir da Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) e a Constituição Federal de 1988, para entender o fio condutor da materialização da política de assistência social. A revisão bibliográfica possibilita não só se apropriar de informações, teorias e conceitos destes autores, mas compreender questões levantadas ao longo da investigação do trabalho. As leituras se deram tanto por fontes primárias e secundárias no qual possibilitou uma maior organização das ideias.

Depois de ter realizado a pesquisa bibliográfica foram levantados os dados quantitativos que pudessem confirmar toda a problemática apresentada. Assim, como a pesquisa qualitativa teve sua importância, usar informações por meio de dados quantitativos também apresenta grau de relevância, pois, por meio da utilização da pesquisa quantitativa foi possível mensurar e quantificar os dados obtidos no site do IBGE e disponibilizados pelo Sistema Municipal de Desenvolvimento Humano Social de Campos dos Goytacazes. Esses dados possibilitaram não só responder as inquietações inerentes ao trabalho, mas também construir o mapa de localização e as tabelas que demonstrassem a importância que o CRAS Codin representa em suas ações de políticas públicas para as mulheres, sobretudo para as mulheres negras.

1.5 I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO EM 2019

No dia 11 de dezembro de 2019 aconteceu, em Campos dos Goytacazes, o I Seminário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) e contou com assistentes sociais do CRAS. O evento buscou evidenciar as discussões sobre a desigualdade socioeconômica com o objetivo de caracterizar os diversos fatores

políticos e sociais que se encontram nesse mesmo eixo, de modo a informar o público presente e alinhar soluções. O Seminário foi importante para obter informações sobre os Centros de Referência da Assistência Social.

Para conhecer a rotina e as políticas ofertadas pela CRAS Codin, foi realizada uma entrevista (Anexo) com a coordenadora da unidade. Devido ao momento pandêmico em que estamos vivendo, a entrevista seguiu todos os protocolos recomendados pela Organização Mundial da Saúde, possibilitando a realização da entrevista com coordenadora, por meio de sistema digital.

Vale destacar que a coordenadora é assistente social e trabalha há 11 anos na unidade. O CRAS Codin tem em seu quadro 14 profissionais, contando com: uma Coordenadora; cinco Assistentes Sociais; dois Psicólogos; um Administrativo; um responsável pelos Serviços Gerais; dois Orientadoras; dois Entrevistadores. Segundo a Coordenadora são atendidas em média 888 pessoas pelo CRAS, entre as ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF, destacam-se: a acolhida, oficinas com famílias; as ações comunitárias; ações particularizadas e encaminhamentos.

A entrevista semiestruturada seguiu o padrão de ética no qual a entrevistada, por meio da assinatura, concordasse que a utilização das informações que pudessem ser relatadas. Essas informações reforçaram a importância do CRAS Codin para as mulheres, podendo assim, potencializar a discussão da importância que o espaço no qual está localizado o CRAS representa para as mulheres negras.

CAPÍTULO 1 : TERRITORIALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O primeiro capítulo tem como objetivo compreender o papel dos espaços socioassistenciais na vida das mulheres. Sabe-se que é nesses espaços que as políticas públicas de atenção assistencial vão se concretizar em direitos para a população que dela precisa. Entende-se, num primeiro momento, que políticas públicas “é a soma de atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação em algum espaço territorial”, ou seja, é o campo que busca colocar o governo em ação territorial e com isso propor mudanças (SOUZA, 2006). Partindo disso, serão abordados alguns conceitos necessários para que seja possível entender a importância que CRAS tem para a população deste território.

2.1. Política de Assistência Social No Brasil a partir da Constituição de 1988

O período que antecede a Constituição, a população sofria com as contradições do capital-trabalho e com as resultantes das desigualdades sociais promovidas pela concentração de renda e o aumento da pobreza na ditadura militar. Fagnani (1997) analisa esse período de política social a pactos conservadores no Brasil e salienta que uma característica conservadora deste momento é a extrema permeabilidade aos interesses particulares, empresariais e clientelistas que atendia mais aos interesses das grandes companhias e políticos-eleitorais do que os interesses sociais.

Denominada como “Constituição Cidadã”, a carta inaugura um momento histórico de conquistas asseguradas no campo da proteção social e, assim, prevê a assistência social como dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar, tendo como objetivo principal garantir a proteção social a todos os cidadãos. Anteriormente a Constituição de 1988, segundo Gomes (2001), as ações assistenciais eram articuladas a cultura paternalista, de maneira controladora e populista através de atos de solidariedade social, clientelismo, caridade e filantropia com o intuito de promover o ajuste social naquele momento. Entende-se que para analisar a materialização atual da política de Assistência Social na vida das

mulheres frente aos avanços do conservadorismo e do neoliberalismo é necessário abordar o contexto em que a mesma foi construída.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004), a Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira, em que a Assistência Social passou a integrar o Sistema de Seguridade Social como política pública não contributiva. Nas palavras do documento da PNAS (2004), a assistência como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil.

No Brasil, a coletânea de 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social (2013) evidencia que a desigualdade social e econômica e a busca por justiça social se confundem com a própria história do país, história que permitiu que a política de Assistência Social somente fosse considerada como direito garantido para quem dela precisasse com a promulgação da Constituição de 1988. Mas para chegar a esse patamar, um longo processo histórico de lutas e conquistas da sociedade brasileira precisou ser percorrido.

Por muito tempo no Brasil à assistência aos mais pobres não foi merecedora de atenção do poder público, o Estado era um mero distribuidor de isenções clientelistas a grupos privados e religiosos e estes concentravam o atendimento a população vulnerável. A pobreza era vista como uma fatalidade e, na maioria das vezes, como uma doença de modo que a assistência era deixada à iniciativa da igreja católica e dos chamados “homens bons” (CARVALHO, 2008).

Segundo Carvalho (2008), no Brasil não se compreendia a pobreza como expressão da questão social, mas sim como uma “disfunção pessoal dos indivíduos”, na qual as organizações que mantinham a assistência social a tratavam como um gesto de caridade com o próximo e não como política social para todos.

A partir de 1988, com a aprovação da Constituição, após o processo de redemocratização do país, o campo da proteção social passa a ser responsabilidade do Estado, portanto, neste momento a assistência social passa a ser reconhecida como direito social e dever estatal, uma vez que tinha como objetivo a cidadania, a igualdade e a justiça social pelo campo da universalização das proteções sociais (SILVA, 2000 *apud* CARVALHO, 2008).

Neste cenário de políticas sociais para a população excluída, diversos programas foram criados para tentar minimizar os descompassos das desigualdades criadas historicamente e socialmente. Pela primeira vez a “assistência social aparece como política não mercantil” (SPOSATI, 2006, p. 24).

Mas é somente com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei Federal Nº 8.742 de dezembro de 1993 que as políticas começam a ganhar materialização de fato, ao regular que: “a Assistência Social de acordo com os princípios fixados pela Constituição Federal, definindo-se como uma estrutura descentralizada e democrática para a Política Nacional de Assistência Social” (SUAS, 2010, p.5). Segundo o mesmo documento sobre a PNAS,

a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria assim, uma nova matriz para política de assistência social, inserindo-a no sistema de bem-estar social brasileiro.” (PNAS, 2004, p. 31).

Nas palavras de Yazbeck (1995, p. 12), a LOAS introduziu um novo significado para assistência social, diferenciando-a do assistencialismo, e situando-a como política de seguridade voltada à extensão da cidadania social as parcelas excluídas e vulnerabilizadas da sociedade brasileira e, assim, inovando na necessária integração entre o social e o econômico.

Porém, a Política de Assistência Social é um processo de construção que exige enfrentamento de importantes desafios. Pode-se dizer que entre alguns desses desafios, se encontra o processo de controle social, a partir também do avanço neoliberal presente na contemporaneidade.

É importante salientar a ambiguidade da década de 1990, se, por um lado, esse período demonstra um importante avanço nos debates para assistência social, por outro, a política neoliberal no Brasil começa a aparecer nos governos FHC (Fernando Henrique Cardoso). É nesse período que a política de privatização começa a aparecer de forma mais nítida (como, por exemplo, a privatização da Vale do Rio Doce). Segundo Bortoleto; Juliotti e Passaura (2015), é nesse processo de conquistas e retrocessos é que se deve concretizar a política social e garantia de acesso aos direitos cidadãos, criando atores sociais, indivíduos donos de sua própria história e não, meros reprodutores de imposições capitalista.

Nessa materialização da política pública assistencial, o CRAS é o espaço socioterritorial em que os direitos sociais vão se concretizar em práticas e ações. A política tem como porta de entrada para os CRAS, onde é realizado o atendimento, acompanhamento, a oferta de serviços e benefícios às famílias de sua abrangência, em situação de vulnerabilidade social, segundo Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social (2009).

2.2. O que é o CRAS?

De acordo com a NOB - SUAS (2005), o número de CRAS dependerá do porte populacional do município. Os municípios considerados como pequeno porte I contêm no mínimo de 01 CRAS para até 2.500 famílias; pequeno porte II contém o mínimo de 01 CRAS para até 3.500 famílias. Já para os municípios de médio porte, cujo mínimo abarca 02 CRAS para até 5.000 famílias cada um. Em municípios de grande porte, o mínimo abrange 04 CRAS para até 5.000 cada um. Em metrópoles, o mínimo inicia a partir de 08 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas, cada um.

Já em relação à estrutura da equipe profissional, os municípios de pequeno porte I contam com 02 técnicos de Nível Superior, 01 Assistente Social, além de, preferencialmente, 01 Psicólogo e 02 técnicos do Ensino Médio. Para municípios de pequeno porte II, são 03 técnicos de Nível Superior, sendo 02 Assistentes Sociais e, preferencialmente, 01 Psicólogo e 01 Profissional que compõem o SUAS, além de 03 técnicos de Nível Médio. Já em municípios de grande porte, como as Metrópoles e o Distrito Federal, são 04 técnicos de Nível Superior, sendo 02 Assistentes Sociais, 01 Psicólogo e 01 profissional que compõem o SUAS, além de 04 técnicos de Nível Médio (LINDO, 2011).

Segundo as Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012), o CRAS desenvolve um conjunto de ações e atividades socioeducativas e de convivência, assim como atendimento psicossocial, atividades em grupos e acompanhamento familiar, dentre outras atividades. O CRAS objetiva oferecer serviços onde possa fortalecer a convivência com a família e a comunidade.

Cabe-nos compreender essa política assistencial e como ela se materializa no território. No documento da Política Nacional de Assistência Social, de 2004, o mesmo é caracterizado como a Política de Assistência Social está organizada e regulada na

esfera do Governo Municipal, a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). O seu funcionamento é porta de entrada para o atendimento, acompanhamento, e a oferta de serviços e benefícios às famílias de sua abrangência, em situação de vulnerabilidade social.

O CRAS é o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços de proteção básica, sendo um espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando as políticas de assistências sociais. Ele é responsável pela gestão da proteção básica do seu território e pela oferta de serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), além de ser responsável pela integração dos demais serviços e benefícios socioassistenciais.

Como ponto de partida, o ponto de apoio teórico foram os estudos de Lindo (2011) e Saffioti (2001). Viu-se, a partir destes trabalhos, que estas Políticas de Assistência Social se inseriram no território no momento em que um Plano Nacional da área foi reformulado. Lindo (2011) observa alguns pontos positivos do Plano Brasil Sem Miséria, principalmente nos programas de renda. A autora reconhece que as estratégias de redução de desigualdades sociais do mesmo são necessárias, especificamente para aqueles que são excluídos (ou marginalizados) do sistema social, de forma em que possam ter acesso aos serviços públicos.

Essa perspectiva sobre quem são os beneficiários destas políticas seria recente, uma vez que é na Constituição Federal de 1988 que é contestado o conceito de:

população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal” tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente à população pobre (EUZÉBY, 2004, p. 42).

Sendo assim, a política pública visa promover a participação coletiva e individual das diferentes categorias sociais na sociedade. Seu principal objetivo é amenizar a desigualdade social, sendo a sua área de atuação o CRAS.

A política pública, nesse contexto, é tudo o que afeta o cidadão direta ou indiretamente, o bem-estar da sociedade, a garantia de direitos assistenciais ou prestação de serviços à população. Ela pretende assegurar que a população tenha os acessos garantidos pela lei. É uma medida importante da administração pública, pois representa o planejamento dos governos, criado para melhorar a sociedade, atender às

necessidades dos cidadãos e diminuir as desigualdades. Podem existir diversos tipos de política pública em todas as áreas, que variam de acordo com a necessidade local. São alguns exemplos as políticas de educação, saúde, assistência social, entre outras.

O Estado tem sua contribuição com maior totalidade na intervenção das questões sociais, especialmente no conjunto de desigualdades produzidas pela contradição do capital no processo de produção econômica. Para o Estado conseguir atuar em todas as áreas, precisa desenvolver ações. É neste sentido que surge a política pública, “inovando com métodos de combate às diferentes formas de pobreza, sobretudo na desigual repartição da renda e da riqueza” (LINDO, 2011, p. 62).

Tais equipamentos são conhecidos como CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Os serviços de média complexidade são oferecidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência para famílias e indivíduos com seus direitos violados. O de alta complexidade é oferecido atendimento integral institucional, com moradia, alimentação, higiene, por meio de albergues, casa de passagem, entre outros, pois é o trabalho destinado a família e indivíduos em situação de ameaça, que necessitam ser retirados do núcleo familiar.

A presença do agente público é fundamental no espaço das unidades municipais, pois é ele o responsável sobre todo o processo de atendimento, possibilitando esse primeiro contato com os sujeitos. É de extrema importância identificar e filtrar o caso de cada família, para as quais o território e suas representações são interpretados de múltiplas maneiras (LINDO, 2011).

2.3. Território, política pública e assistência social

Para entender a relação entre a política e a geografia, é preciso falar de território ou a dimensão territorial das relações. Para isso utilizar-se-ão para a análise autores como Rogério Haesbaert, Marco Saquet, Claude Raffestin e Milton Santos para entendermos o conceito de território. São diversas as abordagens teóricas e metodológicas acerca do que seja o território, como se materializa assim como se desenvolve o cotidiano social acerca das relações sociais, sejam de legitimidade ou de negação da reprodução das expressões da questão social – desemprego, violência social, precarização das políticas públicas e sociais, moradia, saneamento, entre outras. Raffestin (1993) considera que os territórios são espaços

de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, e que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos sociais, portanto, devem ser objeto direto das políticas públicas de assistência social, pela que entendemos importância dos espaços ocupacionais territoriais e que suas estruturas institucionais estão alocadas a partir das exigências da própria política pública.

Para tratarmos da territorialização, considera-se relevante esclarecer primeiramente o que se entende pela categoria território em sua associação com a política pública, sobretudo pelo lugar estabelecido em sua abrangência para que os programas e serviços sociais sejam desenvolvidos, pois são nesses espaços territoriais onde se inserem os serviços, benefícios e equipamentos sócios assistenciais.

Saquet; Silva (2008) *apud* Santos (2011) ressalta-se que encontrar uma única definição para o que seja o território não é uma tarefa fácil, o conceito possui diversas acepções, de forma que toda e qualquer definição não é uma definição fixa, sendo, portanto, flexível e mutável.

Segundo Raffestin (1993), espaço e território não são equivalentes, o autor coloca que é essencial compreender que o território se forma a partir do espaço e que o espaço é preexistente a qualquer ação. Santos (2011) conceitua o espaço como uma instância da sociedade e afirma que este precisa ser considerado como totalidade, isto é, como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente e território quando delimitado, representa uma elaboração teórico-metodológica.

O espaço, de modo geral, conforme estes autores, é resultado e condição dos processos sociais, além de instância social que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que corresponde às modalidades de organização social e política desenvolvidas historicamente e socialmente pelo homem.

O espaço organizado pelo homem é um espaço produzido por agentes hegemônicos, hegemonzados socialmente. Para Raffestin (1993) o território se apoia no espaço, mas este não é o espaço, é uma produção a partir do espaço, ou seja, a produção do território se dá por causa de todas as relações que o envolve,

isto é, das relações sociais de produção inseridas num campo de poder. A concepção de território, formulada por Santos (2011), é importante para a política de Assistência Social. O território é como lugar que desemboca todas as ações, todas as forças e poderes, ou seja, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (SANTOS, 2011).

Para prosseguir no debate, cabe-nos apresentar a definição mais precisa de Santos (2011) sobre território, entendido como o território usado e, “não apenas o conjunto de sistemas naturais e de coisas superpostas”. O “território usado” é o resultado do “chão mais a identidade”, no qual, “a identidade é o sentimento simbólico de pertencimento, uma vez que o território é o fundamento do trabalho, o lugar da moradia, das trocas materiais espirituais e do exercício da vida”.

Para Viudes (2004), pensar o território também envolve objetos e ações, pois o espaço humano acaba se transformando não só no território material, mas também um território pensado por objetos e ações que garantem direitos as classes marginalizadas. Assim, Viudes (2004) afirma que o território é usado e vivido por pessoas, empresas e instituições e que são elas que vão influenciar e animar nas configurações e estruturas do território. Podemos fazer reflexões sobre quem usa o território? Por que usa? Quais são os interesses? Para ela, o lugar trata do simbólico, da relação entre as pessoas que ali vivem no território. Também tem sua identidade, mas “é regada pela relação de produção e reprodução configuradas pelo Estado e por outros agentes que influenciam o território e por vezes não vivem seu cotidiano” (VIUDES, 2004, p.9).

Haesbaert (2007) salienta que o território é uma porção do espaço geográfico onde as dimensões culturais-simbólicas, econômicas e políticas se fazem presentes e se refazem, de acordo com a variação dos contextos históricos.

Para esse autor, o território, desde sua origem “nasce” com uma dupla conotação, material e simbólica, e tem a ver com as relações de poder e de dominação no sentido jurídico e político do território e não apenas “poder político”, mas também no sentido simbólico-cultural do território (HAESBAERT, 2004). Em qualquer acepção apontada pelo referido autor, o território tem relação cotidiana, tanto com a dimensão material, ou seja, está relacionada simultaneamente ao poder material (econômico, político) e ao poder imaterial (subjetividades, simbólicas,

sentimentos, comportamentos, medos), bastante vinculado a noção de territorialidades.

Neste sentido, para o autor, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, funcional e simbólico, pois nele se exercem domínios sobre o espaço, tanto para realizar “funções”, quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo seu sentido e significado como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista) (HAESBAERT, 2007, p. 23).

O conceito de “território usado” de Milton Santos aparece como uma dimensão simbólica, ao expressar abrigo, lar, lugar de experiências, medos, expectativas, espaço das experiências vividas, das relações sociais. Ao mesmo tempo em que para Santos *et al* (2000), citado por Haesbaert (2004) o território aparece como recurso dos “grupos hegemônicos”, o território aparece simultaneamente como abrigo para a sobrevivência dos “grupos hegemonzados”.

Através das considerações e análises apresentadas, percebe-se que sendo o território algo que se constrói e se desconstrói, o mesmo revela relações marcadas pelo poder.

Portanto, o território não é estático, pois tem seus usos e significados alterados pela dinâmica da sociedade que, ao longo do tempo, redefine as relações de poder (materiais e simbólicas) entre os grupos sociais e seus espaços (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013)

Com base em Raffestin (1993), Alentejano (2000), salienta que Estado, empresas e indivíduos são os produtores do território, “a imagem territorial projetada por um ator social não é equivalente ao território real, pois este é a conjugação de distintos projetos territoriais em disputa” (ALENTEJANO, 2000, p. 19).

Prosseguindo, Alentejano (2000, p.34), apresenta sua concepção de território que contribui para a compreensão adotada pela PNAS, sendo:

um determinado domínio espacial sobre o qual os atores sociais afirmam um controle político, que significa na realidade uma forma de ordenamento territorial que propõe um determinado modo de organização das relações sociais e de apropriação da natureza. Assim, o território seria uma parcela

do espaço sobre a qual incide uma dominação, o que dá a este um caráter eminentemente político, porém, não se deve esquecer que esta dimensão política não é unívoca. (ALENTEJANO, 2000, p. 34).

A PNAS nos apresenta que é por meio dessa adoção da perspectiva territorial que as ações desenvolvidas pelas equipes técnicas dos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, espaços ocupacionais, vão alcançar os princípios e competências expressos na LOAS (COUTOS *et. al*, 2011).

Na atualidade, a legislação que orienta e normatiza a Assistência Social é constituída pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993), pela Política Nacional da Assistência Social (2004) e pelo Sistema único da assistência social (2005). A PNAS (2004) apresenta uma análise situacional do país, na perspectiva de identificar onde estão e quem são os grupos sociais mais vulneráveis e como se efetuará a proteção social realizada pela Assistência Social frente às demandas advindas de tais grupos, na perspectiva de municipalização das atividades sócio assistenciais.

Como parte da política de Assistência Social, a proteção social básica deve prevenir situações de riscos, por meio do desenvolvimento de potencialidades e de aquisições, tais como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ou seja, tal política é destinada à população que vive em situação de “vulnerabilidade social”, decorrente da pobreza, da privação e/ou fragilização de vínculos afetivos (PNAS/2004).

Ainda que a proteção básica se faça necessária, por buscar promover a melhoria da qualidade de vida da população, com ações voltadas para a prevenção de riscos maiores e focadas no atendimento das necessidades básicas dos sujeitos sociais, tais como sobre trabalho, saúde, educação, moradia, saneamento básico, dentre outros, é fundamental que se considere o lugar que a política de Assistência Social tem ocupado nesta direção, nos territórios estabelecidos.

De acordo com a PNAS, os serviços de proteção social básica devem ser ofertados e executados de forma direta nos CRAS, e de forma indireta, em outras unidades básicas e públicas de assistência social, assim como através das entidades e organizações da sociedade civil. Segundo a política, a escolha para a

localização dos segmentos do CRAS, deve ser baseada na identificação de famílias e territórios (BRASIL, 2004).

Segundo Nascimento, Melazzo, (2013), a gestão do território, a partir do CRAS, deve buscar promover uma atuação preventiva, a fim de racionalizar as ofertas e traduzir o referenciamento dos serviços em ações concretas, tornando-se a principal unidade pública de proteção básica e referência para a população local e para os serviços setoriais.

O território, portanto, está entre os elementos essenciais para a materialização da Norma Operacional Básica - NOB SUAS/2005, que define, com detalhamento, as novas lógicas de organização, gestão e provisão no campo das ações continuadas de assistência social. A dimensão territorial, assim, é destacada como base de organização do sistema, cujos serviços devem obedecer à lógica de proximidade do cidadão e localizar-se em territórios de incidência de vulnerabilidade e riscos para a população (BRASIL, 2005, p. 43).

A abordagem territorial ao ser incorporada pelo SUAS/2005 representa uma mudança paradigmática de relevância. As ações públicas da área da assistência social, destacando-se as desenvolvidas nos CRAS, devem ser, segundo a citada Norma, planejadas territorialmente, tendo em vista a superação de sua fragmentação, o alcance da universalidade de cobertura, a possibilidade de planejamento e monitoração da rede de serviços e a realização da vigilância social das exclusões e estigmatizações presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade (BRASIL, 2008).

Para Santos (1997), o território somente irá se tornar um conceito utilizável para a análise social quando este for considerado a partir do seu uso e a partir do momento que é pensado conjuntamente para com os sujeitos que o utilizam, constituindo a categoria de território como território usado desenvolvido pelo autor, ou seja, o valor do território está intimamente ligado ao simbólico, ao vivido e ao reconhecimento dos objetos e ações que por meio do pertencimento, contém práticas que configuram o exercício da vida.

Trata-se de uma das perspectivas teórico-conceitual que mais se aproxima com o debate da política de Assistência Social e as suas nomenclaturas, uma vez a

relevância da categoria território como um recurso para a análise social dos processos históricos da reprodução das relações sociais. O território passa, assim, a ser considerado como base de organização do SUAS/2005.

A este respeito, a (PNAS, p. 15, 2004) enfatiza:

é necessário relacionar as pessoas e seus territórios, no caso os municípios que, do ponto de vista federal, são a menor escala administrativa governamental. O município, por sua vez, poderá ter territorialização intra-urbanas, já na condição de outra totalidade que não é a nação. A unidade sóciofamiliar por sua vez, permite o exame da realidade a partir das necessidades, mas também dos recursos de cada núcleo/domicílio. (PNAS, p. 15, 2004)

O processo de territorialização a que se propõem constitui-se uma estratégia para a implementação da descentralização político-administrativa e a participação popular, uma vez que a rede de serviços da política de Assistência Social seria alocada por território, estando, assim, mais próxima das pessoas, das famílias e de suas problemáticas diárias.

O processo de territorialização é apresentado por Haesbaert (2004) como uma dimensão relacionada a perspectiva de multiplicidade de poderes incorporados pelos agentes envolvidos nos processos econômicos e políticos da produção do território, onde estratégias territoriais e seus arranjos institucionais e produtivos, revigoram uma tendência daquela porção de espaço em relação a funcionalidade de tais agentes desejam implantar.

A territorialização demarcada pelo Estado por meio da Política de Assistência Social “dá-se através da adoção da escala administrativa governamental (Federal, Estadual e Municipal) e a partir da classificação dos municípios por meio dos índices de classificação da pobreza” (ARAÚJO, 2018, p. 619).

Dessa forma, nos parece que a política quando não considerado as questões sociais, hierarquiza e estigmatiza territórios, ao utilizar um padrão comum para identificar distintas situações decorrentes desses territórios. Quando desconsiderado as diferenças e singularidades sócio-territoriais que configuram os territórios que são constituídos pela pobreza, nos parece que se cria uma duplicidade de estereótipos e de estruturas sócio segregadas.

Nascimento; Melazzo (2013, p.70) analisam sobre a política conceber o território “a partir de relações sociais de poder” (NASCIMENTO, MELAZZO, 2013, p.70). Igualmente Andrade (2004) pontua:

Deve-se ligar a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 2004, p. 19).

Nesse sentido, ressalta-se que o território se expressa na vida do sujeito, inclusive na sua dimensão subjetiva, ou ainda, no plano da consciência, o que interfere diretamente na construção da identidade, que tanto é particular como genérica. “É nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição” (SANTOS, 2011, p. 14).

Portanto, é inegável a importância da compreensão de que o território, também deve ser visto como espaço de construção de identidade social e que vai muito além do próprio espaço geográfico. Associa-se, então, território como algo que não se pode remeter-se somente ao abstrato, mas também às implicações no cotidiano concreto. É o encontro de disputas e articulação, identidade e não identificação, poder e movimento.

Santos (2011, p. 248) reforça que:

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas. (SANTOS 2011, p. 248)

Diante disso, os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos aos diferentes sujeitos. É também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento.

As discussões sobre território também são abordadas como movimento, contextos sociais, econômicos, culturais entre outros, que se entrelaçam formando

assim um conceito de território para além desse espaço geográfico. “Devemos admitir, desse modo e como consequência das práticas neoliberais, que se produzem “vazios de consumo”. Esses tendem a ser tanto mais numerosos e vastos quanto mais sensíveis são os produtos e os serviços” (SANTOS, 2011, p. 302).

A perspectiva territorializada dos serviços e benefícios da assistência social representa uma mudança importante a ser apropriada, e com esse princípio da territorialização, há múltiplos ganhos para a gestão, especialmente para a população acompanhada pela Política de Assistência Social.

Portanto, na maior parte das vezes, essa perspectiva territorial tem sido reduzida a apenas uma de suas dimensões: a que trata de articulá-la à lógica da localização e da proximidade, compreendendo que os serviços sociais, ao serem implementados próximos ao cidadão, podem antecipar respostas às suas necessidades e facilitar o acesso, em uma perspectiva de proteção social pró-ativa, ou seja, “aquela modalidade de conduzir os trabalhos nos espaços institucionais, que se propõem a interagir, sempre, com a população, e não se limitar às exigências técnicas, burocrático-administrativas” (NASCIMENTO, MELAZZO, 2013, p.71).

Trata-se de perspectiva, em que se insere a importância do fortalecimento do território pensado, seja como localização, seja como elemento essencial para a efetivação do acesso à proteção social, no que se refere aos serviços sócio assistenciais ofertados nos CRAS, pois possibilita uma aproximação entre o poder público e a população. Dessa forma, como demonstra as Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social (2009), o CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sócio familiar e comunitário (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013).

A proteção social, nessa política, opera, de acordo com Sposati (2006), sob três situações peculiares: a primeira refere-se à proteção das fragilidades próprias do ciclo de vida do cidadão o que remete ao diálogo com os direitos da criança, do adolescente, dos jovens e idosos entendendo suas especificidades. A segunda é o eixo que opera sobre a proteção às fragilidades da convivência familiar, já que a família, enquanto base da sociedade vem sendo afetada por mudanças diversificadas no contexto social, mas ainda é a unidade de referência afetiva dos

seus membros, carecendo, pois, de atenção especializada. A terceira refere-se à proteção, à dignidade humana e às suas violações assim como inclui a necessidade de trabalhar com o respeito à heterogeneidade e à diferença, sem discriminação ou apartação.

CAPÍTULO 2: GEOGRAFIAS NEGRAS

O segundo capítulo tem como principal objetivo elucidar sobre a mulher negra e a relação com a geografia. Pretende-se, ao longo do capítulo, abordar historicamente o lugar que é dado as mulheres na sociedade e a construção social da questão racial. Ao entender, de acordo com Carneiro (1993), que as mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada e o discurso clássico sobre a opressão da mulher não dá conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negras e o efeito que ela ainda tem em suas identidades.

Deste modo, cabe-nos compreender o espaço das mulheres negras atendidas pelo CRAS Codin. Uma vez que, o preconceito e a discriminação são cotidianos na vida dessas mulheres, já que todas as vezes que tentam falar sobre a sua realidade, são impedidas e suas vozes silenciadas.

3.1. Gênero, questão racial e espaço

Neste capítulo será apresentado algumas discussões sobre a questão racial da mulher negra por meio da perspectiva de gênero-raça. A questão de gênero é um debate importante para entendermos as discriminações e as opressões que as mulheres sofrem, sobretudo quando fazem parte de relações sociais em um sistema que tem como base a estrutura machista e patriarcal, em que as formas de violência são, por vezes, ocultadas por medo. Mas ao evidenciar essa discussão de gênero, se esquece da discussão de raça, que também deve ser vista como um parâmetro analítico na qual a questão de gênero deve abordar de maneira crítica, pois as condições impostas sobre a mulher negra são diferentes das impostas à mulher branca.

A equiparação entre mulheres negras e mulheres brancas não afastam o sentido da luta, mas como evidência Davis (2016), o tratamento e o reconhecimento da mulher negra em movimentos pelos direitos da mulher, quase em todas as ocasiões estavam condicionadas a se reduzir ou se apagar, seja por homens brancos cisheteronormativos ou até mesmo por mulheres brancas da classe alta e média. A partir desta situação, o grupo mais atingido pelas consequências da sociedade capitalista é o da mulher negra, em que se encontra em profunda

complexidade entre gênero e raça, pois as dimensões que esse sistema impõe sobre a mulher, revelam não só as injustiças, mas também as desigualdades sistêmicas. Sendo assim, ao analisar a situação das mulheres assistidas pelo CRAS Codin, buscou-se focar na interseccionalidade. Akotirene (2019) demonstra que ao adotar a interseccionalidade por meio da sensibilidade analítica, permite pensar sobre a estrutura do racismo, o capitalismo e a cisheteropatriarcado de maneira intercruzada. Segundo Akotirene (2019), essa capacidade analítica desvenda avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe pelos modernos aparatos coloniais políticos. A discussão sobre a mulher negra, vista de maneira inter-relacionada neste trabalho, evidencia não só a justificativa da procura do CRAS Codin na necessidade de recorrer aos serviços públicos essenciais seja pela falta de renda e oportunidades, mas também pelo atravessamento da discriminação racial, da violência contra a mulher no qual sendo condicionada.

Portanto, mediante a toda discussão aqui levantada, a materialidade que o CRAS Codin apresenta espacialmente para as mulheres negras, deve ser considerada de maneira a entender que a unidade assegura sua proteção social, por meio de estratégias e ferramentas que contribuem para sua seguridade social e sua proteção.

3.2. Caracterização das mulheres assistidas pelo CRAS Codin

Segundo Carneiro (1993) a identidade é resultado de processo histórico-cultural. No qual, ou nascemos com definição biológica, homens ou mulheres, ou nascemos com definição racial, brancos ou negros. É baseado nessa definição sexual e racial que a identidade social dos indivíduos será construída, levando em consideração os elementos históricos, culturais, religiosos e psicológicos (CARNEIRO, 1993). Nesse sentido, a identidade da mulher será explicitada na diferenciação de gênero, em relação ao masculino.

A mulher e, em especial, a mulher negra, sofre historicamente com uma dupla diferenciação entre gênero e a racial. Portanto, são dois espaços simbólicos de construção de identidade social para as mulheres pretas. Segundo Jesus (2017)

parte dessa identidade foi construída relacionada às religiões de matriz africana. Como justificativa basta dizer que religião foi o grande elo para que mulheres e homens negros sobrevivessem à diáspora africana. Sendo inevitável notar que elas serviram também como modelo social que exemplificam o lugar das mulheres (JESUS, 2017).

Pensando isso, que se entende a necessidade dos estudos sobre as mulheres negras na geografia, principalmente em nosso estudo, uma vez que nosso objetivo de pesquisa é o espaço das mulheres negras no atendimento das políticas socioassistenciais nos territórios dos CRAS. Parece-nos que a grande parcela das mulheres negras necessita das políticas assistenciais dos CRAS, na busca de seus direitos.

Reis (2011) fala sobre a necessidade do empoderamento da mulher negra e ressalta que apenas recentemente pode ser visto nos noticiários, nas manchetes de jornais, que estão vagarosamente ocupando espaços com visibilidade.

Esse movimento que assistimos atualmente de espaços de visibilidade começa a ganhar palco na década de 1980, quando os questionamentos sobre a temática racial começam a ganhar a pauta de gênero, no qual os conflitos de raça passam a ser questionados num mesmo grupo de gênero e conflitos de gênero dentro de um mesmo grupo racial (REIS, 2011). A mulher negra não recebe acolhida nem com suas parceiras de gênero nem com seu cônjuge ou companheiro conforme Gonzáles (1988), não percebem a reprodução de discriminação a partir de estigmas e, por conseguinte, reproduzem violência.

Segundo Silva; Ferreira (2017), no entanto, a trajetória das mulheres negras no qual assistimos hoje acontece num movimento de trajetória política que vem sendo criado desde as “três Marias”: Maria Rita, primeira juíza federal do Brasil, Maria Brandão dos Reis e Maria José Camargo que atuaram no interior da federação de Mulheres do Brasil (FMB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em favor das mulheres de classes baixas. As três foram importantes mulheres negras na participação de vários movimentos sociais na década de 1950, como o feminismo Negro no Brasil. Além desta, destaca-se também o trabalho da Maria da Pena, no qual com muita luta possibilitou o sancionamento da “Lei Maria da Penha”, Lei nº 11.340 em 7 de Agosto de 2006, em defesa da violência doméstica e familiar contra

a mulher. Por isso, entende-se que refletir sobre a trajetória política das mulheres negras é, sobretudo, a oportunidade de conhecer novas narrativas sobre a maior população brasileira, a mulher negra.

Reis (2011) argumenta que as mulheres têm sido vistas social e legalmente como propriedade dos homens, seja dos seus pais, marido, companheiro e/ou parentes masculinos. O perverso da prática do sexismo é a naturalização das violências praticadas contra as mulheres, assim como o racismo. A violência contra a mulher em ambiente doméstico é um fenômeno que foi durante muito tempo negligenciado e silenciado e, dessa forma, entendemos segundo Reis (2011) que sua questão pública e social é relativamente recente, pela demora em elaborar leis públicas que de fato condenassem a violência doméstica e familiar contra a mulher.

As políticas públicas têm o mesmo caráter colonial do Estado, estando na posição de elaborador das políticas, carregando consigo aquele ranço de impor, ordenar e mandar, articulando dessa forma a opressão que atinge diretamente as mulheres negras. Apesar disso, essas políticas têm o objetivo de reduzir a vulnerabilidade que atinge essas mulheres, tentando inseri-las ao espaço de direitos, como o da assistência familiar, da assistência à saúde, à educação e ao lazer (REIS, 2011).

Em sua tese intitulada como “discriminação e desigualdades raciais no Brasil”, Hasenbalg (1978) dava início a novas interpretações sobre o debate racial na compreensão da desigualdade no Brasil. Segundo Neri (2011, p. 43), ao citar Hasenbalg (2005), em sua pesquisa sobre a integração do negro na sociedade pós escravidão, coloca que:

“Todavia, fora da desvantagem competitiva envolvida no racismo e na discriminação, o verdadeiro aspecto do legado da escravidão em todas as sociedades de plantação escravista foi analfabetismo maciço, limitada diversificação de habilidades ocupacionais e grande concentração demográfica à margem do desenvolvimento urbano e industrial (HASENBALG, 2005 apud NERI, 2011, p. 56).

A integração do negro na estrutura político-social brasileira é carregada de processos de negação da realidade racial, sobretudo, pelo legado do escravismo no

Brasil e que ainda sombreia as diversas relações sociais em que o negro se configura na atualidade (NERI, 2011).

Ao analisar os diferentes modelos adotados pelo Estado brasileiro, como – especificamente o elemento reparador – como forma de observar e analisar a materialização das mulheres negras no espaço geográfico por meio da criação de instituições como Santa Casa de Misericórdia (a partir de 1582), Caixas de Aposentadorias e Pensões/ CAPs (1923), Institutos de Aposentadorias e Pensões/ IAPs (1926), Serviço de Assistência Médica Domiciliar/ SAMDU (1949), Instituto Nacional de Previdência Social/INPS (1966), Plano de Pronta Ação/ PPA (1968), Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social/ INAMPS (1974), Sistema Nacional de Saúde (1975), Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento/ PIASS (1976), Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde nos Estados/ SUDS (1987), em todos os sistemas verificou a persistência de estratégias de exclusão da população negra. Isso se confirma quando observa que negros e negras eram a minoria entre aqueles que detinham vínculos formais de trabalho e a maioria entre os habitantes das regiões onde o Estado estava mais ausente, por exemplo, os estados da região nordeste.

Visto por outro ângulo, a constante mudança de modelos, assim como as diferentes tentativas de se constituir formas adequadas de assistência à saúde da população, mesmo em sua insuficiência, traduzem também sinais da pressão constante que os excluídos fizeram e fazem. Ou seja, nos diferentes momentos, o déficit em relação às necessidades de negras e negros por saúde produziu novas alternativas estatais (LOPES; WERNECK, 2010).

Criola (2012) oferece uma reflexão atual sobre as mulheres negras acerca de sua luta, suas reivindicações pela realização de direitos. Mais especificamente, são propostas de debate em torno de políticas públicas, das formas de luta antirracismo e antissexismo e dos sujeitos políticos que representamos. Longe de esgotar o debate, o que há são provocações, propostas de caminhos, de modo a ampliar a visão que temos do campo em que atuamos (CRIOLA, 2012).

Uma das principais perspectivas que norteiam as lutas e as reivindicações por igualdade ou equidade empreendidas por mulheres negras e homens negros na

sociedade brasileira é o sentido de dignidade. As mulheres sempre estiveram presentes nos movimentos de contestação e mobilizações ao longo da nossa história. No período da ditadura não foi diferente. Elas resistiram de muitas formas: se organizaram em clubes de mães, associações, comunidades eclesiais de base, em movimentos contra o custo de vida e por creches (ROSA, 2013). No caso das mulheres negras e suas lutas, é possível considerar que tais formas organizativas tiveram participação importante na organização da série de ações de resistência à escravidão empreendidas ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII, tanto aquelas ações cotidianas de confronto entre senhores e escravos, como as fugas individuais e coletivas, os assassinatos de escravocratas mulheres e homens, as revoltas nas fazendas e as revoltas urbanas. Todas tiveram expressiva participação de mulheres em diferentes posições, especialmente a partir de sua capacidade de circulação e articulação entre diferentes grupos.

Para Gonzáles (2015) a divisão racial existente no Movimento de Mulheres, na qual as mulheres brancas relutavam em reconhecer seu lugar de privilégio em relação às negras e o racismo como problema (OLIVEIRA *et al*, 2018). Por meio das organizações que foram criando, as mulheres negras buscaram articular gênero, raça e classe social para compreensão e denúncia das opressões, de modo que se pudesse combatê-las nos níveis micro e macro. O clássico texto de Sueli Carneiro (2003) chama essa ação de “enegrecer o feminismo”, designando a trajetória das mulheres negras de forma autônoma.

Essas avaliações promoveram e continuam a promover o envolvimento de mulheres negras na busca por assegurar sua agenda específica no plano nacional e internacional, diante da “consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero” (CARNEIRO, 2003, p. 120) e o mesmo pode ser dito sobre a solidariedade de gênero intragrupo racial.

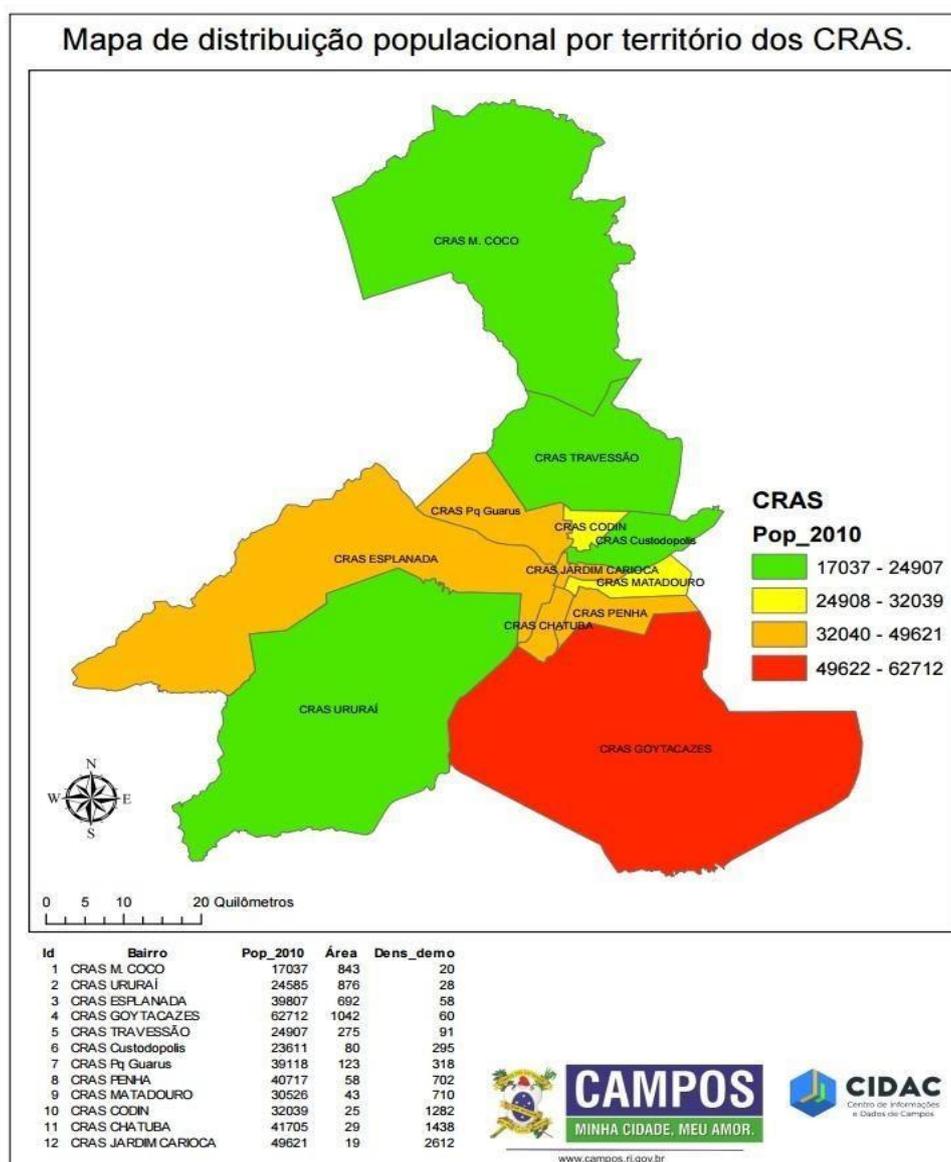
CAPÍTULO 3: A POLÍTICA ASSISTENCIAL DO CRAS CODIN, CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

Em relação à política de assistência social, esta é desenvolvida no município de Campos dos Goytacazes, RJ, localizado no estado do Rio de Janeiro. Trata-se do município com maior extensão territorial do estado, com 4.026,696 km² e com uma população estimada em 503.424 habitantes, dos quais 90,3% dessa população residem em área urbana (IBGE, 2018; PMAS, 2014).

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social (2014), o município foi fundado em 1835, às margens do Rio Paraíba do Sul, sendo dividido por 14 (catorze) distritos, sendo eles: Campos dos Goytacazes; Dores de Macabu; Ibitioca; Morangaba; Morro do Coco; Santa Maria; Santo Amaro de Campos; Santo Eduardo; São Sebastião de Campos; Serrinha; Tocos; Travessão; Rio Preto e Vila Nova de Campos, o antigo distrito de Guarus foi anexado ao de Campos (PMAS, 2014).

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS, 2014), o Censo Demográfico de 2010 revela que 17,32% da população de Campos se encontravam, à época, na extrema pobreza. A espacialização dos CRAS no município é orientada por estudos e diagnósticos na esfera estadual no qual seguem parâmetros necessários para viabilizar o acesso a direitos podendo ser visualizado no mapa abaixo.

Figura 2. Mapa de distribuição de CRAS por território.



Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/CIDAC, 2016.

4.1. O território Codin

Durante o trabalho de campo para conhecer a área que o CRAS Codin abarcava, tivemos a oportunidade de conversar com pessoas nascidas e criadas próximo a área Codin, que relatam que a extensão de terra era de propriedade da usina São João E com a desativação da unidade industrial, a área foi sendo ocupada por meio de autoconstrução. O Codin a princípio era para receber a Companhia de Desenvolvimento Industrial, abrigando várias fábricas como a fábrica

de sapatos JEKAR, nos anos 1990. Também existia na área a fábrica Café Câmara - que acabou sendo extinta, além da fábrica Machado Viana - que tinha segmento em ferragens, e a fábrica SCHULZ - que produzia conexões tubulares em aço inoxidável e cobre. Essa última gerou 1000 postos de trabalho, sendo 390 empregos diretos e 780 indiretos, tendo começado a operar em 17 de maio 2018, mas já encerrou suas atividades¹.

A omissão por parte do poder público em fiscalizar terras fez com que as leis que versam sobre esse aspecto social se tornassem um mecanismo abstrato, principalmente em áreas cujo interesse financeiro é mínimo. Isso não somente facilitou a prevalência da lógica especulativa, com a formação de vazios urbanos e territórios fragmentados, como também expôs uma parcela da população que, dadas às suas poucas condições econômicas, foi encurralada para essas regiões. Essas regiões de baixa especulação imobiliária foram sendo ocupadas pela população que se vê excluídas do mercado formal, cujas exigências econômica e burocrática para financiamento ignoram suas condições sociais (SILVA, 2018. p. 26). Isso fez com que fosse desenvolvido o que Maricato (2000) chama de “cidade ilegal” - ou seja, territórios ocupados que, além de precarizados, muitas vezes já se encontravam em situação irregular -, em detrimento da “cidade legal”.

A omissão por parte do poder público na Codin fica evidente quando observado que muitas pessoas sem moradias ocuparam e fizeram autoconstrução, fazendo a venda das terras de boca em boca, sem nenhum documento comprovando a existência de quem é o legítimo proprietário de cada área. O território da Codin é visto como uma área muito violenta, tendo um índice de criminalidade muito grande segundo os jornais da cidade². O tráfico que impõem a ordem na localidade recrutando jovens para o crime, jovens esses têm em média de

1 De acordo com as informações obtidas no site Manutenção e Suprimentos, que busca informar a população das novidades da área industrial. Disponível em: manutencaoesuprimentos.com.br Acesso: 25 de agosto de 2020.

2 Adolescente e jovem são baleados em Campos, no RJ. **G1 Notícias**. Campos dos Goytacazes, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/nortefluminense/noticia/2019/11/13/adolescente-e-jovem-sao-baleados-em-campos-no-rj.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2020. Uma adolescente 14 anos e um jovem foram baleados na noite de terça-feira. **Campos em Foco**. Campos dos Goytacazes, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://www.camposemfoco.com.br>. Acesso em: 01 set. 2020.

13 a 18 anos e muitos não chegam à sua vida adulta diante da violência e da falta de políticas públicas.

Atualmente, as demandas levadas por essa população ao CRAS se desenvolvem de forma lenta e precária, já que os responsáveis deste equipamento não têm autonomia para resolver todas as questões. Tendo tudo isso em vista, buscamos compreender a visão de mundo dos sujeitos que vivenciam esse contexto social, e entender quais foram os processos de vida que os levaram à situação de vulnerabilidade. Acredita-se que são vários os fatores que contribuem para a situação de vulnerabilidade dessa população, como separação familiar, violência doméstica, desemprego, falta da atuação enérgica do poder público, sendo a maior frequentadora do espaço do CRAS a população negra, em maior parte presente nos contextos de vulnerabilidade. Para Feltran (2014), “vulnerabilidade” representa uma equação referente a um risco em potencial e engloba aqueles compreendidos como não passíveis à disciplinarização – pessoas que não atendem a critérios morais e formais desejados. De acordo com o autor, os conflitos sociais e políticos a partir de 1990, em comparação aos anos de 1980, pautados na perspectiva de integração dos trabalhadores pela aposta no assalariamento, sofrem um deslocamento mediante a ascensão da criminalidade e à coexistência de diferentes “normas” que regulam a vida social.

4.2. Caracterizando o CRAS Codin

Segundo dados do Plano Municipal de Assistência Social 2018-2022, a extensão territorial da Codin é de 25km. E compreende os seguintes bairros: Santos Dumont, Lagoa das Pedras, Jardim Aeroporto, Jardim Boa Vista, São Silvestre, Eldorado, Jardim CEASA, Vila Industrial, Jardim Residencial Planície, Codin, Terra Prometida e Condomínios Novo Eldorado 1, 2 e 3. Dados veiculados no mesmo documento com base no Censo Demográfico de 2010.

Tabela 1: Número de habitantes dos bairros do território Codin.

BAIRROS OFICIAIS	POPULAÇÃO CENSO 2010
Codin	998
Eldorado	3.658
Jardim Aeroporto	2.192
Jardim Boa Vista	3.480
Jardim Ceasa	2.193
Lagoa das Pedras	570
Santos Dumont	969
São Silvestre	2.594
Terra Prometida	1.341
Vila Industrial	5.157
Total de pessoas no território	24.252

Fonte: IBGE (2010 apud PMAS, 2018).

O CRAS (Figura 2 e 3) fica localizado no Codin, como vimos anteriormente, e segundo o relatório técnico de indicadores das mulheres residentes no território da Codin por raça/cor, com relação ao cadastro único atualizado em 2019, tem-se 13.781 pessoas, referentes a 4.901 núcleos familiares, que representam 10% da população. Destas, de acordo com o PMAS (2018), 98% residiam no perímetro urbano e 2% na em zonas rurais.

Figura 3. CRAS Codin.



Fonte: Acervo da autora.

Figura 4. Parte interior do CRAS Codin.



Fonte: Acervo da autora.

Segundo o relatório técnico, 60% do total de pessoas cadastradas no CAD Único são mulheres. A faixa etária e raça/cor, e por renda e raça/cor podemos observar nas tabelas 2 e 3.

Tabela 2: Quantitativo de mulheres inscritas no CAD ÚNICO por faixa etária e raça/cor.

FAIXA ETÁRIA	RAÇA/COR					Total
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA	
ENTRE 0 E 17	668	682	25	1623	1	3013
ENTRE 18 E 24	235	311	11	503	1	1061
ENTRE 25 E 59	814	1054	16	1628	0	3512
60 OU MAIS	138	156	1	212	0	507
TOTAL	1869	2203	53	3966	2	8093

Fonte: Relatório técnico de indicadores das mulheres residentes no território da Codin (2010).

Percebe-se, na tabela 2, que a quantidade de mulheres que necessitam dos serviços sociais está na faixa etária entre 25 e 59 anos, sendo em sua grande maioria mulheres negras e pardas.

Tabela 3: Quantitativo de mulheres inscritas no CAD ÚNICO por renda per capita, segundo raça/cor.

RENDA	RAÇA/COR					Total
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA	
Até R\$ 89,00	1395	1752	42	3136	2	6327
Entre R\$ 89,01 até 178,00	124	103	6	241	0	473
Entre R\$ 178,01 até ½ S.M.	267	229	4	463	0	963
Acima de ½ S.M	83	119	1	126	0	329

TOTAL	1869	2203	53	3966	2	8093
--------------	-------------	-------------	-----------	-------------	----------	-------------

Fonte: Relatório técnico de indicadores das mulheres residentes no território da Codin (2010).

É possível observar na tabela 3 que grande parte das mulheres se encontra com a renda *per capita* abaixo de um salário mínimo, demonstrando a baixa inserção dessas mulheres no mercado de trabalho e sendo marcadas pelo desemprego. Quando analisado juntamente com a categoria racial, percebe-se que mulheres pardas e negras estão em maioria com seu núcleo familiar como renda até R\$89,00 reais, tornando assim famílias à margem da pobreza.

Tabela 4: Quantitativo de mulheres inscritas no Programa Bolsa Família por raça/cor.

PBF	RAÇA/COR					Total
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARD A	INDÍGENA	
NÃO	433	456	7	760	0	1656
SIM	1436	1747	46	3206	2	6437
TOTAL	1869	2203	53	3966	2	8093

Fonte: Relatório técnico de indicadores das mulheres residentes no território da Codin (2010).

Percebe-se que, na tabela 4, as mulheres pardas inscritas no programa Bolsa Família correspondem quase duas vezes mais do que o número de mulheres negras, demonstrando que há um número expressivo de mulheres que são responsáveis pelo seu núcleo familiar.

Desse quantitativo, apenas 1.162 exercem algum tipo de atividade remunerada, entre as funções exercidas presentes na tabela 5.

Tabela 5: Quantitativo de mulheres inscritas no CAD ÚNICO por função e raça/cor.

FUNÇÃO PRINCIPAL	RAÇA/COR				Total
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	
TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA	206	306	6	447	965
EMPREGADO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	3	7	1	3	14
EMPREGO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	37	40	0	59	136
TRABALHADOR DOMÉSTICO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	3	4	0	9	16
TRABALHADOR DOMÉSTICO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	2	5	0	10	17
MILITAR OU SERVIDOR PÚBLICO	1	3	0	0	4
ESTAGIÁRIO	0	0	0	2	2
APRENDIZ	2	2	0	4	8
TOTAL	254	367	7	534	1162

Fonte: Relatório técnico de indicadores das mulheres residentes no território da Codin (2010).

Já na tabela 5, mulheres negras e pardas, em sua maioria, tem como função principal o trabalho por conta própria, essa predominância também está relacionada ao desemprego e a baixa inserção no mercado de trabalho como demonstrado na tabela 5.

4.3. Percepções da coordenadora do CRAS Codin

Como evidenciado na seção anterior, as mulheres configuram o gênero que maior é atendido no CRAS, atendendo em sua grande parte mulheres negras mas também, mulheres brancas e pardas que não se identificam ou não são consideradas como negras. Ao entender o lugar do CRAS na vida dessas mulheres atendidas pelas políticas assistenciais, a coordenadora argumenta que:

(...) penso que o CRAS Codin tem importância a essas mulheres quando promove autonomia e empoderamento, usando de uma metodologia dialética reflexivo e participativo em suas ações sejam particularizadas ou coletivas. A assistência social é para quem necessita como preconiza a Constituição Federal de 1988 e a LOAS em 1993 regulamentada os artigos constitucionais...O CRAS busca promover a igualdade combatendo a discriminação.

Através do SCFV promove ações preventivas e proativas, estimulando a participação coletiva nas discussões de temas propostas por eles e equipe técnica, discute interesses comuns e particulares, incentiva a confiança e respeito mútuo.

(...) Veem o CRAS como local público onde buscam orientações para resolver suas demandas, inclusive em Programas Sociais e para além, extravasam emoções, conflitos, buscando ainda, aprendizados (COORDENADORA CRAS CODIN, 2021).

Entre os serviços socioassistenciais ofertados pelo CRAS Codin, a coordenadora destaca: O PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a família e SCFV, Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos; O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família PAIF, consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuada, com a finalidade de fortalecer a função produtiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida (Acompanhamento SUAS).

Visando materializar seus objetivos, o PAIF desenvolve ações individuais e coletivas: acolhida, estudo social, visita domiciliar, busca ativa, oficinas, palestras, orientação, encaminhamentos, acompanhamento familiar, ações comunitárias, informação, comunicação e defesa de direito, promoção ao acesso à documentação pessoal, mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio, desenvolvimento do

convívio familiar e comunitário, mobilização para a cidadania, conhecimento do território, cadastramento socioeconômico, elaboração de relatórios, prontuários SUAS (com acompanhamento sistematizado), notificação das ocorrências de situação de vulnerabilidade de risco social, que precisam ser implementadas de forma articulada e requerem planejamento e avaliação.

Os grupos SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo) são formados por até 30 usuários, geralmente, reunidos conforme o seu ciclo de vida, sob a condução do orientador social e técnico de nível superior. A organização dos grupos é de acordo com o ciclo de vida dos usuários. Por meio de variadas atividades, os grupos têm o objetivo de propiciar entre os usuários oportunidades para a escuta; a valorização e reconhecimento do outro; a produção coletiva; o exercício de escolhas; tomada de decisões sobre a própria vida e do grupo; diálogo para a resolução de conflitos e divergências; recolhimento e limites e possibilidades das situações vividas; experiências de escolha e decisão coletivas; experiências de aprendizado e ensino de igual para igual; experiências de reconhecimento e nomeação de emoções nas situações vividas; experiências de reconhecimento e admiração das diferenças; entre outras. Os encontros dos grupos podem ser diários, semanais ou quinzenais. Neste serviço, a convivência entre os usuários representa a metodologia de sua intervenção e o modo pelo qual se alcança o fortalecimento dos vínculos relacionais.

Como o CRAS Codin atende bairros distantes, grande parte da população chega até o CRAS por meio de demanda espontânea; busca ativa; por encaminhamento e visita domiciliar. Diante disso, a coordenadora relata que existe um acompanhamento das famílias que procuram essa unidade, relatando que:

O acompanhamento familiar se faz a partir de várias intervenções continuadas, mediante concordância da RF (Responsável Familiar), onde famílias e profissionais do PAIF assumem compromissos baseados na busca pela superação da circunstância de vulnerabilidade apresentada. Elaboramos junto com a RF, um planejamento familiar onde identificamos as demandas da família e a vulnerabilidade a ser superada; identificamos as potencialidades do grupo familiar, os quais servirão para ajudar na superação das vulnerabilidades; identificamos quais são os recursos que o território e rede sócio assistencial oferece, a fim de mobilizá-los uma vez que isso auxiliará na superação das dificuldades enfrentadas. Buscamos as estratégias que serão utilizadas pela equipe técnica, durante o acompanhamento familiar. Afirmamos no planejamento, os compromissos assumidos pela família e também pela equipe técnica que representa o

poder público. Apresentamos como se darão as intervenções, as ações, o prazo de execução do plano e os resultados que se espera alcançar, conforme orientação do Ministério da Cidadania que sugere no mínimo 4 encontros com a seguinte cronologia:

1º encontro – 1 mês após o início da execução do plano;

2º encontro – 3 meses após o primeiro encontro;

3º encontro – 6 meses após o primeiro encontro;

4º encontro – 1 ano após o primeiro encontro. Neste, é necessário fazer uma avaliação anual, e se necessário, encerrar e reabrir o Prontuário.

Ressaltamos que a família não é obrigada aceitar o Acompanhamento Familiar.

(COORDENADORA CRAS CODIN, 2021).

Sabe-se que são diversos os desafios enfrentados pelos profissionais, quando questionada sobre as maiores dificuldades enfrentadas pelo CRAS Codin, a coordenadora relata que: nos momentos estruturais (obra em licitação), a violência urbana, que impede o acesso de algumas famílias acessem o CRAS, essas famílias são encaminhadas para o CRAS de Custodópolis ou Jardim Carioca.

Pela importância territorial do CRAS na atenção e oferta das políticas públicas, a percepção da coordenadora sobre o lugar das políticas públicas na vida das mulheres assistidas no Codin, revela que:

A Política de Assistência Social se apresenta como uma política de grande relevância, principalmente porque sua legislação retira o conceito de bem-estar, ajuda e expressa o direito ao acesso as necessidades básicas das famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social.

A elaboração, execução e avaliação de Políticas públicas fazem parte das atribuições do Assistente Social. Potencializar a mulher, faz ela entender que pode e consegue não trabalhar a mesma sozinha, mas as pessoas que estão em volta dela também, estendendo-se a família.

Neste sentido, continuar elaborando estratégias que assegurem a proteção social por meio da ação do profissional e da equipe técnica, respeitando a realidade existente no CRAS Codin, possibilita cada vez mais o acesso do mesmo aos serviços socioassistenciais, assim como também, identificar e produzir diagnósticos sociais que possibilite ações preventivas e planejamento de serviços de maneira efetiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como estamos vivenciando uma pandemia global acometida pelo vírus SARS-CoV (Covid), não foi possível realizar as entrevistas com as mulheres cadastradas e atendidas pelo Cras Codin, que faria parte do Capítulo 3.3, onde seria relatado a percepção das mulheres sobre o lugar do CRAS Codin e o atendimento e serviço público prestado pela unidade. Devido ao número alto de mulheres atendidas no CRAS, fica inviável fazer entrevistas mesmo que de maneira remota, por uma série de dificuldades, que vão desde o acesso à internet ou até mesmo em não querer participar destas entrevistas.

O CRAS Codin como demonstrado nas fotos e por meio da entrevista da coordenadora carece de infraestrutura e não consegue atender toda população do território de abrangência. Como há muitos outros bairros localizados na proximidade, muitas mulheres e suas famílias são transferidas para a unidade de assistência social do Codin que, por seguinte, acaba tendo uma demanda muito alta no aumento do número de atendimento para essas mulheres, ocasionando a falta de profissionais e o atraso dos serviços públicos prestados. Enquanto instituição pública juntamente com a política nacional de assistência social, desempenha o papel de fazer com que os usuários e seus grupos familiares entendam que são pessoas no qual possuem direitos. A atuação dos profissionais de assistência social para com esses grupos familiares ajudam a reduzir essas desigualdades sociais e democratizam o acesso as políticas públicas existentes.

Tratar sobre gênero nesse trabalho também é um recorte que se faz necessário, pois, possibilita discutir os atravessamentos sociais e econômicos que mulheres, sobretudo mulheres negras sofrem em múltiplas escalas quando se encontra à margem da sociedade. Quando analisado a importância dessas políticas sociais por meio de dados estatísticos é possível analisar que grande parte dessas mulheres, inclusive mulheres negras, apresenta uma renda mensal de R\$89,00 reais. Esse dado, além de mostrar as dificuldades enfrentadas pela questão da remuneração, reflete o quanto é importante discutir de maneira articulada a questão de gênero, raça e classe social.

Alimentar o debate em torno da participação das mulheres nas políticas socioassistenciais e em outros espaços públicos, possibilitam a construção do

debate que evidência a seguridade social, que se dá a partir de um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, além de abrir portas que direcionam para a construção de novas perspectivas que rompem com o patriarcado e racismo existente nas políticas sociais e econômicas deste país.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? In: Geografia, política e cidadania. **Revista Terra Livre**, n.15, 2000.

BRASIL, Política Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 11340, de 7 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Senado, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 1 jul. 2021.

Brasil. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Norma Operacional básica NOB/SUAS. Brasília, 2005.

BRASIL. **Orientações Técnicas do PAIF**, 2012. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 14 mar 2021.

CARNEIRO, Neri de Paula. IDENTIDADE E DIFERENÇAS: para uma antropologia do eu e do outro. **Revista Brasileira de Ciências da Amazônia/Brazilian Journal of Science of the Amazon**, v. 2, n. 1, p. 112-126, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural o Direito a Cultura**. Editora: Perseu Abramo, 2006.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: O estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp.59-57.

Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social/Organizadores: José Ferreira da Cruz...[et al]. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 248p.

CONSERVAS. Marinalva. Multiterritorialidades na Gestão da proteção social no estado da Paraíba, Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, s/nº, ISSN 2178-

2865, p. 1632-1633, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**, trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e Sociedade**, v. 6, n. 1, pág. 183-238, 1997.

GERHARDT, T.E, SILVEIRA, D.T. (Orgs.) **Métodos de Pesquisa**. UAB/UFRGS - Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino a Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico**. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (Org). Avaliação de políticas públicas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios e multiterritorialidade: um debate**. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, Ano IX, n.17, p.19-45, 2007.

LINDO, Paula. **Uma crítica Geográfica ao Conceito de Território na PNAS: por um diálogo entre Geografia e Serviço Social**. 2015. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente/São Paulo, 2015.

LOPES, Fernanda.; WERNECK, Jurema. Saúde da População negra: da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, Jurema (org). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Criola elege, 2010.

NASCIMENTO, Paula F.; MELAZZO, Everaldo Santos. **Território: conceito estratégico na Assistência Social**. **Serviço Social em Revista (Online)**, v. 16, p. 66-88, 2013

NASCIMENTO, Paula Fonseca; MELAZZO, Everaldo Santos. Território: conceito estratégico na assistência social. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 66-88, 2013.

NERI, Christiane Soares Carneiro. **Identidade negra e reconhecimento: interrogando a lei 10.639/03 nas Escolas do Município de João Pessoa**. Dissertação apresentada ao programa de Pós graduação em ciências jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. 2011.

OLIVEIRA, Susel da Rosa. **Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante**. São Paulo: FAPESP, 2013.

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

PNAS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: ática. 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

SAFFIOTI, Heleieth IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos pagu, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2011.

SAQUET, Marcos Aurelio; DA SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo Uerj**, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SPOSATI, Adaíza. **O primeiro ano do Sistema único de Assistência Social. Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, n. 87, ano XXVI, jun. 2006.

VIUDES, Paula Fonseca do Nascimento. **A incorporação do conceito de território pela Política Pública de Assistência Social como estratégia de gestão nas áreas de abrangência dos CRAS**. Presidente Prudente [s.n], 2016. 117f.

YAZBECK, Maria Carmelita. A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. **Cadernos Abong**, São Paulo, n. 11, p. 7- 18, 1995.

7. ANEXO

Roteiro de entrevista com a coordenadora do CRAS da Codin

I - Dados da coordenadora

II - Dados dos Contatos

1 - Quanto tempo a senhora trabalha como coordenadora no CRAS Codin?

2 - Quantos profissionais trabalham no CRAS Codin atualmente? Como é formado o quadro de recursos humanos?

3 - Quantas pessoas são atendidas em média semanalmente ou mensalmente pelo CRAS Codin?

4 - A maioria do atendimento é de homens ou mulheres?

5 - Em média quantas mulheres negras ou parda são atendidas pelo CRAS Codin (semanalmente ou mensalmente)?

6 - Qual a importância do CRAS Codin para essas mulheres?

7 - Quais são os serviços ofertados pelo CRAS Codin?

8 - Quantos e quais bairros o CRAS Codin abrange?

9 - Como a população chega até o CRAS Codin?

10 - Vocês fazem acompanhamento das famílias que procuram essa unidade do CRAS? Se sim, como é feito?

11 - Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo CRAS Codin?